



CENTRO DE ESTUDOS EM DIREITO E NEGÓCIOS - CEDIN

EDITAL Nº 2/2023

**PROCESSO SELETIVO PARA MONITORIA
DAS DISCIPLINAS INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO IA, CIÊNCIA
POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO E CONSTITUCIONAL I**

O Centro de Estudos em Direito e Negócios – CEDIN, torna pública a abertura de processo seletivo para preenchimento de 06 (seis) vaga(s) de monitoria para as disciplinas:

- Introdução ao Estudo do Direito IA
- Ciência Política e Teoria Geral do Estado
- Constitucional I

1. DA MONITORIA

1.1. A monitoria de que trata este edital será voluntária e terá vigência de 05 (cinco) meses, não podendo ser prorrogada, iniciando-se em 04/03/2023.

1.2. A título de benefício, o(a) aluno(a) monitor(a) ganhará 1 (uma) bolsa de extensão do CEDIN, com carga horária de 40 (quarenta) horas-aula, que poderá ser utilizada até o segundo semestre de 2023.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão oferecidas 6 (seis) vagas, conforme o quadro abaixo:

Vaga	Disciplina/Turno	Professor	Tipo da Vaga
01	Introdução ao Estudo do Direito IA – Manhã	Mariana Ferreira Bicalho	Voluntária
01	Introdução ao Estudo do Direito IA - Noite	Mariana Ferreira Bicalho	Voluntária
01	Ciência Política e Teoria Geral do Estado – Manhã	Rafael Dilly	Voluntária
01	Ciência Política e Teoria Geral do Estado - Noite	Ricardo Morais	Voluntária
01	Constitucional I – Manhã	Bruno Amorim	Voluntária
01	Constitucional I - Noite	Bruno Amorim	Voluntária

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. As inscrições deverão ser realizadas pelo e-mail mariana.bicalho@cedin.com.br, no período de **25 de janeiro de 2023 a 01 de fevereiro de 2023**.
- 3.2. Poderão se inscrever a vaga deste edital alunos(as) matriculados no curso de graduação em Direito do CEDIN, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital.
- 3.3. O aluno poderá ser inscrever para apenas 1 (uma) das vagas e, ocorrendo para mais de uma, o candidato será desclassificado.
- 3.4. No ato da inscrição, o candidato deverá enviar pelo e-mail:
- Ficha de inscrição preenchida (ANEXO I);
 - Cópia da cédula de identidade;
 - Cópia do currículo.
- 3.4. O candidato que encaminhar a ficha de inscrição preenchida de forma incompleta ou de forma incorreta ou que não entregar toda a documentação estabelecida no item 3.4 terá sua inscrição indeferida.
- 3.5. As inscrições deferidas e homologadas serão divulgadas, em ordem alfabética com os nomes dos candidatos.

4. DOS REQUISITOS

- 4.1. Para inscrição no processo seletivo, o candidato deverá:
- ter cursado a disciplina vinculada à monitoria na graduação em Direito do CEDIN e nela obtido média igual ou superior 70% (setenta por cento);
 - possuir disponibilidade de tempo para exercer a monitoria conforme o item 7.1;
 - não possuir outra bolsa de monitoria ou outra bolsa vinculada a projeto de ensino, pesquisa ou extensão.

5. DA SELEÇÃO

- 5.1. A seleção dos candidatos será feita por uma comissão examinadora, formada por três professores e coordenação do curso, designada pela Coordenação do Curso de Direito.
- 5.2. A seleção dar-se-á mediante aplicação de prova escrita e entrevista, conforme cronograma abaixo:

Data	Atividades	Horário
25/01/2023 – 01/02/2023	Realização das inscrições	-
01/02/2023 – 03/02/2023	Homologação das inscrições	-
25/02/2023	1ª ETAPA: Realização da prova escrita	9 horas
01 a 03/03/2023	2ª ETAPA: Realização de entrevista	Divulgado posteriormente
04/03/2023	Divulgação do resultado e início da monitoria	-

- 5.3. A primeira fase, de caráter eliminatório, consistirá na realização de prova escrita.
- 5.4 A Prova Escrita será realizada no dia 25/02/2023, com início às 9h e término às 11h, na Sede do CEDIN - Rua Paraíba, 1170, Savassi, Belo Horizonte - , e versará sobre os

conteúdos da disciplina vinculada à monitoria (ANEXO II).

5.4. Na avaliação dos candidatos será analisado o domínio dos conteúdos da disciplina na qual o monitor irá atuar, cabendo a banca avaliadora atribuir uma nota de 0 (zero) a 100 (cem).

5.5. Será considerado classificado na seleção o candidato que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta), considerando a soma dos itens avaliados.

5.6 A segunda fase, de caráter classificatório, consistirá em entrevista com professor orientador, direção do curso e/ou integrante da banca examinadora.

5.7 Na entrevista, será abordado conhecimentos da área de atuação do monitor e avaliado a disponibilidade e aptidão para o cargo.

5.8 À entrevista será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo considerado o aluno classificado e aprovado aquele que obtiver o mínimo de 70 (setenta) pontos.

5.9 A entrevista será de modo VIRTUAL, através do Google Meet, de acordo com o dia e a hora determinada e divulgados no site do CEDIN.

5.10 O aluno deverá ser pontual à entrevista

5.11 Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente de notas.

5.12 Em caso de empate na média final classificatória, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) tiver maior Índice de Rendimento Acadêmico;
- b) tiver maior período cronológico
- c) tiver mais idade.

5.13 O resultado final da seleção, com a classificação dos candidatos, será publicado site do CEDIN até o dia 04/03/2023.

5.9. O candidato aprovado terá até o dia 10/03/2023 para comparecer ao CEDIN para orientações e início das atividades. O não comparecimento na data prevista ensejará, a critério do CEDIN, a convocação do segundo lugar e assim sucessivamente.

6. DOS RECURSOS

6.1. Em qualquer fase do processo seletivo de que trata o presente edital caberá recurso à comissão examinadora e, em segunda instância, a Direção da Faculdade CEDIN, por meio do e-mail mariana.bicalho@cedin.com.br, em até 2 (dois) dias, contados da disponibilização do resultado.

6.2. A comissão terá até 5 (cinco) dias úteis para divulgar o resultado do recurso, junto ao site do CEDIN, sendo irrecurável tal decisão.

7. DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES

7.1. São atribuições e obrigações do aluno monitor:

- a) auxiliar os professores em tarefas de ensino, incluindo a preparação de material didático, sempre que solicitado;
- b) auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos e/ou complementares de interesse da disciplina.
- c) auxiliar os alunos, orientando-os em trabalhos;
- d) constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;
- e) participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina, como revisão de texto, resenhas bibliográficas e outras;
- f) exercer suas tarefas conforme plano de trabalho elaborado juntamente com o(a) professor(a) orientador(a);

- g) cumprir 8 (oito) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos com seu professor(a);
- h) apresentar frequência e elaborar relatório mensal e semestral, em formulários próprios, de suas atividades e encaminhar a Coordenação do Curso, impreterivelmente, até o segundo dia útil do mês.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. O monitor exercerá suas atividades sob a orientação do(a) professor (a) responsável pela disciplina a qual se inscreveu.
- 8.2. Não existirá qualquer relação de trabalho e/ou emprego entre o candidato e o CEDIN.
- 8.3. As questões omissas neste edital serão analisadas pela Comissão examinadora.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2023

Mariana Ferreira Bicalho
Diretora do CEDIN



ANEXO I

DISCIPLINA:

NOME:

NOTA OBTIDA NA DISCIPLINA:

PERÍODO CURSADO:

() Declara ter disponibilidade de tempo para exercer a monitoria

**DATA
ASSINATURA**

ANEXO II

CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO IA

Unidade I – O conceito de Direito e dualismos jurídicos

- 1.1 Os usos linguísticos do termo direito
- 1.2 O conceito de direito na tradição filosófica antiga, medieval e moderna
- 1.3 Direito subjetivo/objetivo
- 1.4 Direito positivo/natural
- 1.5 Direito público/privado
- 1.6 Direito histórico/vigente

Unidade II - Direito e as ciências afins

- 1.1 Diferentes enfoques teóricos: zetética e dogmática

Unidade III - Correntes do pensamento jurídico ocidental

- 3.1 Jusnaturalismo antigo, medieval e moderno
- 3.2 Positivismo jurídico
- 3.3 Terceira Via/Pós-positivismo
- 3.4 Teorias críticas

Unidade IV - Direito e outras ordens normativas

- 4.1 Direito e moral
- 4.2 Direito e justiça
- 4.3 Direito e religião

Unidade V – Sociedade, relações sociais e relações jurídicas

- 5.1 Relações humanas, sociais e relações de poder
- 5.2 Relações sociais e relações jurídicas
 - 5.2.1 Conceito de relação jurídica
 - 5.2.2 Elementos da relação jurídica
 - 5.2.3 Espécies da relação jurídica

Unidade VI – Direito, atributos e camadas normativas

- 6.1 Factidade e validade
- 6.2 Atributos das normas jurídicas
 - 6.2.1 Éticos, Políticos, Históricos e Sociais
 - 6.2.2 Jurídicos
 - 6.2.2.1 Validade
 - 6.2.2.2 Vigência
 - 6.2.2.3 Vigor
 - 6.2.4 Eficácia

Unidade VII – Teoria das fontes do Direito

- 7.1 Fontes sociais e fontes jurídicas
- 7.2 Teoria tradicional
- 7.3 Teorias críticas

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

(1) Ciência Política e Teoria do Estado: conceitos básicos.

- (a) Introdução à Ciência Política: os conceitos de político e política.
- (b) A articulação do social e o papel do direito. A relação entre direito e política.
- (c) Estatuto epistemológico da Ciência Política.
- (d) Estatuto epistemológico da Teoria do Estado.

(2) Introdução ao pensamento político.

- (a) Estado antigo. Poder e tradição. Platão e a Politeia. Aristóteles e o bem soberano. Cícero e a res pública.
- (b) Estado medieval. Poder e religião. São Tomás de Aquino e a função espiritual do Estado. Santo Agostinho e a Cidade de Deus.
- (c) Secularismo: independência ético-política. Virtudes políticas em Maquiavel.
- (d) Absolutismo. O absoluto em Bodin. Representação e soberania: o contratualismo de Hobbes.
- (e) Iluminismo. Republicanismo. Rousseau e o contrato social. Liberdade natural X liberdade civil. Montesquieu e Madison: civismo estatal e organização do poder. Liberalismo. Liberdade e tolerância em Locke. O homem e a razão.
- (f) O novo absoluto: o problema do vazio de legitimidade do poder. Revolução Inglesa, Revolução Francesa e Revolução Americana. Poder constituinte e constituição.
- (g) Constitucionalismo. Declaração de direitos e soberania popular. Marbury vs. Madison.

(3) Origens e elementos do Estado.

- (a) Origens e elementos do Estado Moderno. Conceitos básicos.
- (b) Paradigmas de Estado na modernidade.
- (c) Povo, nacionalidade e cidadania: conceitos e questões. Nacionalidade brasileira.
- (d) Território: conceito e questões. Território do Estado brasileiro.
- (e) Soberania: conceito e questões. O exercício e a proteção da soberania do Estado brasileiro.

(4) Regime político e organização do Estado.

- (a) Classificações de Estado na modernidade.
- (b) Forma de Estado: organização territorial do Estado. Panorama da organização da Federação brasileira.
- (c) Forma de governo.
- (d) Sistema de governo.
- (e) Separação dos poderes. Introdução ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Panorama da organização dos poderes no Estado brasileiro.

(5) Teoria da democracia

- (a) Democracia: da antiguidade aos tempos modernos.
- (b) Democracia e Constituição. Democracia e representação política.
- (c) Teoria do autoritarismo. Ditadura e democracia no Brasil.

1. Teoria Geral do Direito Constitucional

- 1.1. Objeto e fontes do Direito Constitucional
- 1.2. Relação com a Teoria do Estado e disciplinas afins
- 1.3. Teoria geral do constitucionalismo
 - 1.3.1. Classificação e fases do constitucionalismo
 - 1.3.1. O constitucionalismo e o Estado Liberal, o Estado Social e o Estado Democrático de Direito
- 1.4. O constitucionalismo brasileiro e suas Constituições

2. Teoria da Constituição

- 2.1. Conceito de Constituição
- 2.2. Concepções da Constituição
- 2.3. Elementos da Constituição
- 2.4. Classificação das Constituições
- 2.5. A Constituição brasileira de 1988: elementos e classificação

3. Poder Constituinte

- 3.1. Conceito e natureza jurídica
- 3.2. Espécies
 - 3.2.1. Poder Constituinte originário: características, manifestações, limites, titularidade/exercício
 - 3.2.1. Poder Constituinte derivado: características, espécies, limites, titularidade/exercício

4. Teoria da norma constitucional e hermenêutica constitucional

- 4.1. Conceito de normas constitucionais e suas espécies
- 4.2. As normas constitucionais no tempo
- 4.3. Aplicabilidade das normas constitucionais: conceito e classificação
- 4.4. Interpretação das normas constitucionais: métodos e princípios de interpretação constitucional

5. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

- 5.1. Preâmbulo
- 5.2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil: fundamentos, objetivos e princípios regentes na ordem internacional
- 5.3. República, Federação, Democracia, Estado Democrático de Direito, Soberania Popular e Separação entre os Poderes

6. Teoria dos direitos fundamentais e direitos fundamentais em espécie

- 6.1. Conceito de direitos e garantias fundamentais e distinções terminológicas
- 6.2. Origem e formação histórica
- 6.3. Características dos direitos fundamentais
- 6.4. Classificação dos direitos fundamentais
- 6.5. Dimensões dos direitos fundamentais
- 6.6. Aplicabilidade e eficácia dos direitos fundamentais: verticalidade e horizontalidade
- 6.7. Limitações dos direitos fundamentais
- 6.8. Concorrência e colisão de direitos fundamentais
- 6.9. Direitos fundamentais em espécie na Constituição brasileira de 1988



- 6.9.1. Direitos individuais
- 6.9.2. Direitos políticos
- 6.9.3. Direitos sociais
- 6.9.4. Direitos econômicos
- 6.9.5. Direitos de nacionalidade